

THEOTÔNIO VILELA E A TRAVESSIA DO CAOS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 19.10.1982

Na última semana o senador Teotônio Vilela concedeu uma entrevista emocionante ao Canal Livre, na TV Bandeirantes. Ele nos transmitiu seu sentimento sobre a tragédia e os caos em que vive esta nação. Com a autoridade de quem pensa o Brasil em termos globais e com a coragem de quem sempre soube defender a democracia e a justiça social, Teotônio Vilela descreveu um quadro grave e fez um apelo para que sejam mudadas as estruturas e as instituições deste país, de forma a ser possível atravessar o caos.

O caos já presente e que só tende a agravar-se é de natureza econômica e política. O Presidente da República, na última semana, em dois discursos eleitorais, declarou (1) que o Governo não pode ser responsabilizado pela crise econômica, (2) que o PDS precisa de uma vitória nas eleições de 1982 para poder reformular a Constituição.

Ambas as afirmações são profundamente infelizes, e precisam ser criticadas especialmente em um momento como este em que o Brasil se avizinha de eleições nacionais da maior importância eleições decisivas “em que a Nação vai falar”, conforme declarou o senador Teotônio Vilela. Não bastasse a colocação de todo o aparelho do Estado (e de aparelhos semi-estatais como o SESC e a Associação Comercial) a serviço do PDS em todo o Brasil vêm fazendo apoiados em fundos cuja origem não pode em absoluto ser comprovada. Não bastassem os casuísmos eleitorais autoritários. Não bastasse a permanente ameaça de que, se o PDS perder, o Governador eleito não contará com a ajuda do Governo Federal ainda temos o Presidente da República fazendo afirmações inaceitáveis ou infundadas.

A afirmação de que a atual crise econômica não é responsabilidade do Governo é uma semi-verdade. Não há dúvida de que há uma crise internacional que agrava nossos problemas. Mas também não há a menor dúvida que a condução de nossa política econômica tem sido no mínimo desastrosa. A irresponsabilidade da política econômica

entre agosto de 1979 e novembro de 1980 já foi amplamente demonstrada. A partir desse momento, a total subserviência do Governo ao sistema financeiro internacional e a adoção de uma política econômica recessiva implicaram na mais grave recessão da história deste país. Ao invés de, com coragem, providenciar a renegociação (reescalonamento) de nossa dívida externa, o Governo contra as insistentes advertências da oposição insistiu em provocar a recessão para conseguir que o sistema bancário internacional continuasse a girar nossa dívida externa.

Como era previsível essa estratégia falhou. O sistema financeiro internacional, desde a quebra do México e a reunião do FMI, em setembro, suspendeu seus financiamentos ao Brasil. E agora estamos renegociando a dívida (a portas fechadas) em Nova York, às custas de uma gravíssima depressão em 1983.

O mais grave, entretanto, é que essa renegociação realizada nos termos dos banqueiros internacionais (e não nos nossos) não deverá implicar em reescalonamento da dívida, muito menos em baixa dos juros contratados. Deverá significar simplesmente nossa entrada no FMI e adoção de uma absurda meta de saldo na balança comercial de 5 a 6 bilhões de dólares só logrável com o violento aprofundamento da atual recessão.

Quanto à afirmação sobre a reforma da Constituição, ela revela que o Presidente já sabe que uma reforma constitucional é essencial para resolver a crise institucional do Brasil, mas ao mesmo tempo recusa-se a admitir que a Nação que hoje identifica-se com a Oposição, como afirmou com a autoridade de um estadista o senador Teotônio Vilela tem o direito de participar dessa reforma através de uma Assembléia Constituinte.(19/10)